

# Grandes fortunas pagarão imposto

Conservadores dão votos decisivos para criar o novo tributo

MARCOS HENRIQUE



Passarinho presidiu a sessão em que Serra e Dornelles defenderam o projeto

## Luta da reforma agrária começa hoje, pela posse

Após 15 horas de sessões ao longo do sábado e domingo, a Comissão de Sistematização encerrou a votação do título VI, que trata do sistema tributário e dos orçamentos. Hoje começa a examinar a parte da futura Constituição que tratará da ordem econômica e financeira, onde há questões extremamente polêmicas, como a conceituação de empresa nacional e a reforma agrária.

No capítulo da reforma agrária, o embate maior está previsto para o artigo que trata da imissão imediata da posse do imóvel desapropriado que, pelo substitutivo, ocorrerá 90 dias após o início da ação. Os progressistas, que querem manter o texto e os moderados pretendem derrubá-lo.

Até a União Brasileira de Empresários (UBE) listou este dispositivo entre os pontos que exigem revisão, porque os considera "essenciais para a sobrevivência da livre iniciativa". A

UBE deseja suprimir a parte do artigo que diz que a imissão será automática se o juiz, num prazo de 90 dias, não se pronunciar sobre a ação de desapropriação. A votação do capítulo da ordem econômica e financeira está prevista para segunda e terça-feira.

Já o título encerrado ontem foi o que mais preservou o que havia sido aprovado pela comissão temática e foi fruto de negociações com os secretários da Fazenda dos Estados, com a Frente Municipalista e a Frente Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que foram beneficiados com novas normas de tributação. Essas negociações foram coordenadas na constituinte pelos deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-ministro da Fazenda, e José Serra (PMDB-SP), ex-secretário de Planejamento do governo Montoro.

Os secretários da Fazenda de diversos Estados que vieram a Brasília para

acompanhar a votação na Sistematização do capítulo referente à tributação dos Estados e Municípios, ficaram satisfeitos com os resultados obtidos. O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, José Machado Campos Filho, falando em nome dos outros secretários, enfatizou que esta é uma das melhores reformas tributárias dos últimos tempos, pois ela beneficia ao mesmo tempo os Estados e Municípios.

Segundo José Machado, o texto aprovado é consensual entre prefeitos, governadores e constituintes ligados à área tributária e isso é um ponto positivo. Referindo-se ao seu Estado, Machado ressaltou que São Paulo perdeu um pouco com a instituição da cobrança na venda para outros Estados, porque os Estados que vendem passaram a ficar com a alíquota do ICM interestadual e os que compram, com a alíquota interna.

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, durante sessão matutina, dispositivo que dá à União a competência para instituir imposto sobre grandes fortunas. A forma de tal imposto — se a idéia for aprovada pelo plenário da Constituinte —, porém, ficará a cargo de lei complementar. A proposta de criação do imposto sobre grandes fortunas partiu do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que subiu à tribuna para afirmar não ter se inspirado em legislação socialista e que o imposto não incidiria sobre a classe média; sacrificando-a, a exemplo do que ocorre hoje com o Imposto de Renda. Mariz disse que o imposto sobre grandes fortunas é "um instrumento extra a serviço da política econômica do Governo".

O senador João Menezes (PFL-PB), entretanto, discordou de Mariz. Ao atacar o destaque, ele garantiu que o imposto "vai criar mais dificuldades para os pobres". No entender de Menezes, "toda vez que se taxa quem tem dinheiro, isso é repassado para as

classes pobres". Também falando contra a proposta de Antônio Mariz, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) lembrou que tecnicamente a emenda era imperfeita e sustentou que para que sejam taxados os bens dos ricos, devem ser combatidos os títulos ao portador, estes sim, instrumentos para sonegação de impostos. O deputado João Agripino (PMDB-PB), por sua vez, defendeu a criação do imposto, dirigindo-se ao senador João Menezes: "Por mais que Vossa Excelência tente, não vai nos convencer de que o imposto maior para os ricos vai deixar os pobres mais pobres". Ao ser votada a proposta, 47 constituintes — o número mínimo para aprovação — disseram sim. Trinta e sete disseram não e dois se abstiveram.

### RESPONSÁVEL

Embora o quadragésimo sétimo voto favorável à emenda do deputado Antônio Mariz tenha sido dado pelo deputado Fernando Santana (PCB-BA), o responsável pela aprovação foi o deputado Marcos Li-

ma (PMDB-MG). Ao entrar no plenário, seu nome foi chamado, a fim de dar o voto. Sem saber o que acontecia e o que era votado, o deputado virou-se para os colegas e ouviu um apelo da esquerda: "Vota não, vota não". Não teve dúvidas: Votou sim. Somente depois tomou conhecimento do que havia feito, quando recebeu críticas de outros companheiros. Ainda sob efeito do "golpe", porém, o deputado não passou recibo aos jornalistas. "Votei consciente. Não tenho grandes riquezas e, além do mais, o líder Carlos Sant'Anna também apoiou a emenda", disse.

Outra emenda aprovada na sessão de ontem substituiu o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM) nas operações de crédito ao consumidor. A proposta partiu do deputado Simão Sessim (PFL-RJ), mas foi defendida pelo deputado César Maia (PDT-RJ). O plenário a aprovou por 77 votos contra 10.

## EMENDA ANTÔNIO MARIZ Institui imposto sobre grandes fortunas



- PMDB**  
Abigail Feitosa  
Almir Gabriel  
Artur da Távola  
Carlos Sant'Anna  
Celso Dourado  
Cristina Tavares  
Fernando Gasparian  
Fernando Henrique Cardoso  
Haroldo Sabóia  
João Calmon  
João Herrmann Neto  
José Fogaça  
José Paulo Bisol  
Manoel Moreira  
Mário Lima  
Nelson Carneiro  
Nelson Jobim  
Nelton Friedrich  
Paulo Ramos  
Raimundo Bezerra  
Renato Vianna  
Sigmaringa Seixas  
Virgíldio de Senna  
Antônio Mariz  
Chagas Rodrigues  
Euclides Scalco  
João Agripino

- Jorge Hage  
José Tavares  
Marcos Lima  
Uldurico Pinto  
Vicente Bogo  
Wilson Souza  
**PFL**  
Carlos Chiarelli  
Valmir Campelo  
**PDS**  
Konder Reis  
**PDT**  
José Maurício  
Lysaneas Maciel  
Luiz Salomão  
**PTB**  
Francisco Rossi  
Joaquim Bevilacqua  
**PT**  
Luís Inácio Lula da Silva  
Plínio Arruda Sampaio  
**PL**  
Adolfo Oliveira  
**PC do B**  
Haroldo Lima  
**PCB**  
Fernando Santana  
**PSB**  
Jamil Haddad



- PMDB**  
Antônio Brito  
Bernardo Cabral  
Egídio Ferreira Lima  
Fernando Bezerra Coelho  
José Richa  
José Serra  
José Ulisses de Oliveira  
Nilson Gibson  
Rodrigues Palma  
Déllo Braz  
José Costa  
**PFL**  
Afonso Arinos  
Annibal Barcellos  
Arnaldo Prieto  
Christóvam Chiaradia  
Enoc Vieira  
Eraldo Tinoco  
Francisco Dornelles  
Geovani Borges  
Gilson Machado  
José Jorge  
José Lins

- José Lourenço  
José Santana de Vasconcelos  
Jalles Fontoura  
João Menezes  
Jofran Frejat  
Jonas Pinheiro  
José Tinoco  
Mozarildo Cavalcanti  
Simão Sessim  
Benito Gama  
**PDS**  
Darcy Pozza  
Gerson Peres  
José Luiz Mala  
Virgílio Távora  
**PTB**  
Gastone Righi  
**Abstenções**  
Jarbas Passarinho (PDS)  
José Maria Eymael (PDC)

**PRAZO DE VOTAÇÃO**  
Contagem Regressiva  
Faltam 11 dias

## Projeto deve tornar Justiça mais rápida

● Uma justiça mais ágil e acessível sempre foi uma reivindicação da sociedade brasileira, e esta aspiração começa a ser atendida com o texto votado durante três dias, na última semana, pela Comissão de Sistematização. A obrigatoriedade de serem criados nos Estados os Juizados de Pequenas Causas, que resolverão rapidamente conflitos mais simples, é um exemplo. Outro artigo aprovado com o mesmo objetivo é o que estabelece que os processos judiciais serão iniciados por audiência preliminar na qual os envolvidos dirão as suas razões ao juiz, que em 48 horas dará uma sentença. Se esta for contestada, aí o processo terá prosseguimento.

● "Isto é uma revolução", afirma o deputado Vilson Souza (PMDB-SC), do Movimento de Unidade Progressista (MUP). Ele reconhece, entretanto, que até agora o texto sobre o Poder Judiciário foi o que menos apresentou avanços.

Entre as propostas dos progressistas rejeitadas pela Comissão estão as de criação de um Tribunal Constitucional, indicação de parte da composição do Supremo Tribunal Federal (STF), pela Câmara dos Deputados, criação do Defensor do Povo e fixação de mandato para os ministros do STF.

Mas há inovações importantes:

● Fica criado o Conselho Nacional de Justiça, de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público. Segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), assegura-se, assim, um canal de fiscalização do Judiciário. Atualmente, o controle é interno, "e se você tem reclamação contra qualquer juiz de direito, tem que levá-la ao próprio juiz", observa Jobim. Com o Conselho, na avaliação de Vilson Souza, haverá um acompanhamento da eficiência do rendimento da magistratura.

● As justças estaduais terão competência para

examinar as causas agrárias, e os tribunais designarão juizes para essa tarefa.

● O Supremo funcionará praticamente como Corte Constitucional, e as questões federais serão julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, os onze ministros do STF terão melhores condições de desenvolver seu trabalho, e, segundo Vilson Souza, o Supremo "terá uma feição mais política, tomará decisões mais profundas e rápidas em ações de ampla repercussão na sociedade". Para o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), o STF será um "tribunal especializado", o que alterará a sua situação atual de "não dar conta de tanta demanda, pois recebe ações de toda natureza".

● A ação de Inconstitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, o primeiro-ministro, as Mesas do Senado, da Câmara e das Assembleias estaduais, os governadores, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os partidos políticos com representação no Congresso, o procurador-geral da República e o procurador-geral da Justiça nos estados e no Distrito Federal, e as Confederações Sindicais. Atualmente, somente o procurador-geral da República pode ter esta iniciativa, e, segundo Vilson Souza, como ocupa um cargo de confiança do Presidente da República, pode acabar arquivando a ação. Com o texto da Comissão, a sociedade, na opinião do deputado, "terá um remédio jurídico para corrigir o arbítrio".

● O Ministério Público terá mais autonomia. Os procuradores serão eleitos, e o órgão "será forte para fiscalizar a aplicação do sistema legal", de acordo com Jobim.

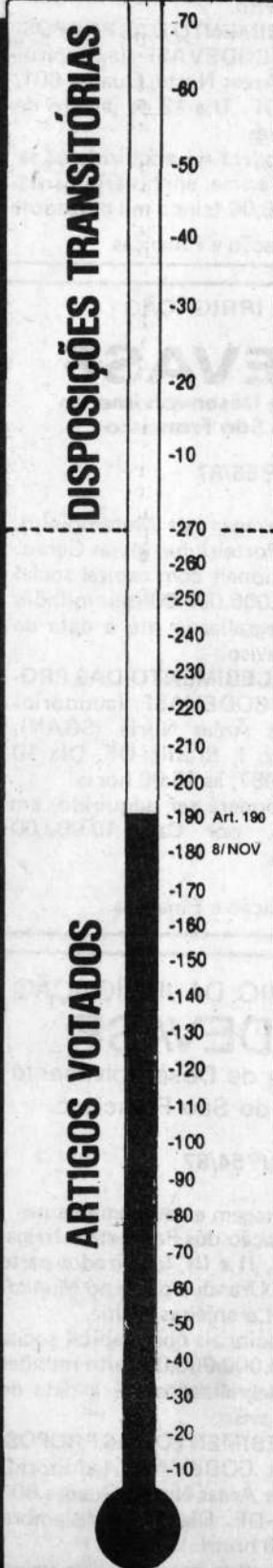
● As causas trabalhistas envolvendo servidores públicos e empregados de missões diplomáticas acreditadas no Brasil serão apreciadas pela Justiça do Trabalho.

## PMDB ouvirá Bresser hoje

O ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, vai se reunir com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a fim de prestar esclarecimentos sobre as recentes medidas adotadas pelo governo do Brasil,

no campo da dívida externa.

Do encontro participarão todos os líderes do PMDB. A reunião será realizada às 9h30min de hoje, no gabinete do ministro Bresser Pereira, no Ministério da Fazenda.



ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE